

Vamos trabalhar, senhores parlamentares!

Deputados e senadores estão indignados com o que eles consideram uma nova campanha da imprensa contra o Poder Legislativo. O senador Fábio Lucena (PMDB-AM) diz que o Congresso Nacional "vem sendo agredido de dia e de noite por causa de uma campanha espúria lançada pela Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão"; o senador César Cals (PDS-CE), o mesmo que quando ministro do governo Figueiredo gastava mais de cem milhões de cruzeiros por mês na manutenção da residência oficial na Península dos Ministros, acredita que os jornalistas fazem "esses comentários por encomenda"; e, na Câmara dos Deputados, José Maria Magalhães (PMDB-MG) encontrou "forças ocultas" insuflando a reportagem.

Vamos aos fatos que a imprensa só tem feito registrar. Os salários dos parlamentares são compostos de várias parcelas em dinheiro e algumas outras vantagens. Os vencimentos propriamente ditos são divididos em dois: uma parte fixa, correspondente a cerca de um terço dos ganhos reais, hoje em torno de 2,7 milhões de cruzeiros, única parte sobre a qual incide o Imposto de Renda; a outra, variável, correspondente ao pagamento de jetons (112 mil cruzeiros) por cada sessão a que o parlamentar comparecer, o que dá, no final do mês, uma renda de oito a nove milhões de cruzeiros. Há outras vantagens, como carros com motorista (para os senadores), verba de gasolina (para os deputados), apartamento mobiliado, equipe de funcionários no gabinete, telefones, correios, passagens aéreas e, até, uma estranha verba — 3,4 milhões de cruzeiros mensais — para comprar papel, lápis, caneta, etc.

O que a imprensa tem registrado é que, sistematicamente, tanto a Câmara quanto o Senado mandam pagar jetons integrais a todos os parlamentares, tenham eles comparecido ou não às sessões, estejam eles ou não em Brasília. Na verdade, deputados e senadores recebem sem trabalhar, o que nenhum outro trabalhador brasileiro até hoje conseguiu. Nossos ilustríssimos representantes populares já conseguiram o ideal macunaímico de "sombra e água fresca". Ai, que preguiça! Os defensores do Congresso, como não podem censurar a imprensa nem esconder os fatos (ainda na segunda-feira, apenas 17 deputados estavam no plenário da Câmara quando o assunto era discutido), gostam de lembrar que o trabalho parlamentar não se resume apenas a discursos e votações no plenário. Há ainda as reuniões das comissões técnicas e de investigação, acompanhamento de projetos e programas nos ministérios e o trabalho com as bases.

Ocorre, porém, que esse trabalho não é muito visível. É certo que deputados e senadores percorrem, até com excessiva assiduidade, gabinetes ministeriais e de dirigentes de estatais. Mas ministros e autoridades do primeiro escalão — deste e de governos anteriores — poderão ser chamados a dar um bom testemunho sobre o tipo de reivindicações que recebem; quase sempre pedidos de pequenos favores pessoais e eleitorais. Os lamentáveis episódios das nomeações para o segundo e terceiro escalão do governo federal são a melhor demonstração do conceito que a maioria dos parlamentares tem do que seja a coisa pública. As comissões, ao contrário do que os deputados e senadores querem dar a entender, andam às moscas. Aglomeração de parlamentares mesmo só nas salas de comissões, no serviço de divulgação (para conseguir matérias nos jornais e citações na *Voz do Brasil*) e nas salas de café. Muitos, para não perderem muito tempo, adquiriram o hábito de entregar o texto de seu discurso à mesa e pedir para que a presidência da Casa considere o texto lido. Assim está garantida a divulgação, iludindo a boa fé do eleitor.

Quanto à questão do trabalho com as bases, lembramos que os senhores deputados e senadores são aqui-nhoados com longos períodos de recesso parlamentar — julho, dezembro, janeiro e fevereiro —, tempo mais do que suficiente para longos colóquios com os eleitores. Além de poderem usar os finais de semana, quando a imensa maioria sai de Brasília com passagens pagas com o dinheiro público.

Não se trata de exercer um falso moralismo e ser contra o pagamento de salários justos aos senhores parlamentares. Afinal, é realmente necessário que deputados e senadores sejam bem remunerados para que possam exercer com dignidade suas funções. Assim como os ministros de Estado. O que se condena é a mordomia, esta mania que muitas pessoas têm de, ao chegarem aos cargos públicos (pelos quais, normalmente, lutaram muito), acharem-se com direitos a vantagens ilimitadas. O governo federal aumentou os salários de seus ministros e funcionários graduados até o limite que ele considerou aceitável e cortou todas as vantagens.

Deputados e senadores, responsáveis eles mesmos pela fixação de seus rendimentos, preferem, no entanto, manter a farsa que mostramos acima. Nominalmente, recebem um baixo salário e engordam seus vencimentos com manobras que os livram das afiadas garras do Leão da Receita Federal. De um salário superior a 15 milhões de cruzeiros mensais, um parlamentar só é tributado sobre a parte fixa — 2,7 milhões. O resto vai para o bolso de cada um, livre de impostos e taxas. Macunaíma mais uma vez venceu na Praça dos Três Poderes.

O deputado Ulysses Guimarães lembra, em defesa da instituição, a luta do Congresso pelo restabelecimento da democracia no País durante os anos obscuros do militarismo. Ninguém nega a um grupo de bravos parlamentares esse reconhecimento. Mas os lutadores pelas liberdades democráticas no País estiveram em muitos lugares e em muitas entidades, e nenhum está agora cobrando medalhas de herói. Nem tentando justificar odiosos privilégios com esses atos heróicos. O Congresso Nacional reclama a volta de suas prerrogativas usurpadas pelos generais-presidentes. Antes, ele precisa reassumir sua dignidade e tomar consciência de seus deveres.

O bravo e digno senador Luís Cavalcanti, quando era mais acesa no plenário do Senado a condenação aos órgãos de imprensa que têm denunciado os desvios do Legislativo, advertiu seus companheiros para o óbvio: as denúncias de reduzido comparecimento às sessões não são nenhuma "invencionice" da imprensa. O senador alagoano mostrou que o Congresso, para aprovar um simples decreto-lei, gasta dez sessões, ao custo de cinco bilhões de cruzeiros, quando resolveria tudo em um dia só gastando 500 milhões. Como não podem esconder esses fatos, os abnegados representantes populares, tomados da Síndrome de Figueiredo, atacam os órgãos de comunicação.

Sem nenhuma intenção de ofender e irritar quem quer que seja, queremos sugerir a deputados e senadores uma solução mais simples que, certamente, irá acabar com essa "perseguição" que eles estão denunciando:

Vamos trabalhar, senhores parlamentares!